

**Diálogos sobre maternidade ultrajada, amor incondicional e fotoativismo: relato de uma roda de conversa a partir da exposição “Amamentamos esse país”, de Marina S. Alves<sup>1</sup>**

Carlos Henrique Souza da Conceição<sup>2</sup>

Carlos Vinícius Quirino de Araújo<sup>3</sup>

Carolina de Vasconcelos Costa<sup>4</sup>

Laura Marques Gomes da Silva<sup>5</sup>

Steffany Caroline de Macedo Pimenta<sup>6</sup>

Leandro Pimentel de Abreu<sup>7</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

**Resumo**

Este artigo relata uma roda de conversa realizada na UERJ para discutir os textos *Amamentamos esse país*, *De João Roberto à Marina* e *Descarregar o olhar*. As obras abordam a violência institucional contra mulheres e crianças negras, enfocando a “maternidade ultrajada” e o amor como ato político. Também se discute o papel da fotografia-documental na valorização das narrativas de mães vítimas da letalidade policial. Participaram cerca de 25 pessoas, entre estudantes, pesquisadores, ativistas e mães. A análise do encontro combina dados estatísticos, teorias críticas e abordagens estético-afetivas, onde temas como necropolítica, racismo estrutural e decolonização do olhar foram centrais. O debate destacou a importância da fotografia como resistência simbólica. Por fim, foram propostos encaminhamentos coletivos de ação e reflexão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – 19ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, 7º semestre, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ, e-mail: carloshenriqueonija@gmail.com

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, 8º semestre, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e-mail: carlos.vinicius713@gmail.com

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, 8º semestre, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e-mail: carolinavcsta@gmail.com

<sup>5</sup> Estudante de Graduação, 8º semestre, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e-mail: lauramarques.gs@gmail.com

<sup>6</sup> Estudante de Graduação, 7º semestre, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e-mail: pimentasteffany@gmail.com

<sup>7</sup> Orientador do trabalho e professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ, e-mail: pimenteleandro@hotmail.com

---

**Palavras-chave:** maternidade ultrajada; necropolítica; fotografia documental; racismo estrutural; rodas de conversa.

## 1. Introdução

Entre 2008 e 2018, o total de homicídios resultantes da ação policial no Brasil cresceu de forma expressiva, atingindo sobretudo a população negra. Em 2018, aproximadamente 75,7% das vítimas fatais de homicídio eram negras, o que significa que, para cada pessoa não negra assassinada, quase três negras perdiam a vida (IPEA, 2020).

No mesmo período, o Atlas da Violência (2020) mostra que a letalidade policial contra jovens negros aumentou ainda mais acentuadamente nas regiões metropolitanas: em Alagoas, por exemplo, a proporção chega a 17 mortes de negros para cada não negro. No estado do Rio de Janeiro, o segundo relatório do Observatório de Direitos Humanos e Crise COVID-19 (2020) registra que, apenas nos primeiros cinco meses de 2020, ocorreram 741 vítimas de letalidade policial — uma média de cinco mortes por dia, quase todas jovens negras.

Esses números não aparecem apenas como estatísticas frias. Cada caso representa histórias interrompidas: adolescentes que deixaram de voltar para casa, meninos e meninas que viram seu futuro resumido a um boletim de ocorrência ou a um registro de óbito. Ainda assim, nas planilhas oficiais e nos painéis de indicadores, eles se transformam em linhas e colunas — meros elementos de uma série numérica.

Ao longo deste artigo, enfatiza-se que esse processo de reduzir jovens negros a cifras e percentuais é parte fundamental da necropolítica descrita por Mbembe (2017): “mundos-de-morte” nos quais corpos racializados são sistematicamente descartados, sob a aparência da objetividade estatística.

Nesse contexto, são necessários gestos de contraponto que humanizem essas vítimas, restituam-lhes histórias, nomes, afetos e lutas. Foi com esse propósito que se organizou uma roda de conversa na Faculdade de Comunicação Social da UERJ, mobilizando estudantes, pesquisadores e mães de jovens mortos pela polícia militar. Os textos Amamentamos esse país (Pires et al., 2020), De João Roberto à Marina (Ripper,

2024) e Descarregar o olhar (Pimentel, 2024) foram escolhidos como bases para problematizar exatamente a maneira como a violência letal contra jovens negros se naturaliza nos números e como é possível, por meio de práticas estético-afetivas, tensionar esse processo de estatização.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1. Necropolítica e racismo estrutural**

Achille Mbembe (2017; 2019) avança na noção de necropolítica para descrever os modos pelos quais o poder estatal e institucional distribui instrumentos de morte, criando “mundos-de-morte” em que populações específicas — sobretudo pobres e racializadas — são empurradas a viver em condições próximas ao status de “mortos-vivos”.

A necropolítica, para Mbembe (2017, p. 152), consiste na “descrição dos vários modos existentes, no nosso mundo contemporâneo, de distribuição de armas, com o objetivo da máxima destruição de pessoas e da criação de mundos-de-morte (...)”. Por outro lado, Edson Cardoso (2021) propõe deslocar o foco para o “racismo” enquanto substantivo, sem adjetivar, como matriz de processos de desumanização permanente.

### **2.2 Maternidade ultrajada e amor incondicional**

Luciane Rocha (2017) cunhou o conceito de “maternidade ultrajada” para evidenciar o sentimento de indignação que acomete a mãe negra quando o contexto social e institucional inviabiliza seu direito de cuidar e proteger o filho. Thula Pires et al. (2020) amplia esse conceito ao situar a maternidade como “ato político”, reforçando que o afeto materno — simbolizado pelo gesto de amamentar — alimenta a “teimosia visceral em viver” mesmo diante do genocídio cotidiano.

### **2.3. Fotografia documental e decolonização do olhar**

João Roberto Ripper e Leandro Pimentel (2024) observam que a fotografia — desde suas origens coloniais — serviu a interesses de controle e classificação social, contribuindo para a expropriação de corpos, paisagens e narrativas negras. A partir do projeto de Marina Alves, essa lógica é revertida ao se permitir que as mães negras conduzam a montagem de seus próprios arquivos documentais — certidões, carteiras,

boletins — cuja exposição se faz “com modéstia e respeito”, evitando a espetacularização da tragédia e possibilitando um “processo de cura” coletivo (Ripper, 2024; Pimentel, 2024). Inspirados em Barthes (1980), reconhece-se que uma foto “objetiva” (como o 3×4) pode condenar o jovem negro antes de qualquer julgamento e, por meio do gesto materno de voltar o retrato para o espectador, a fotografia recupera o sujeito para além da criminalização prévia.

### **3. Metodologia**

#### **3.1 Participantes e local**

A roda de conversa ocorreu em abril de 2025 no auditório da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. Participaram 25 pessoas, distribuídas em três categorias principais:

1. Estudantes de Jornalismo e Fotografia Popular (Imagens do Povo);
2. Pesquisadores e professores da UERJ e de instituições parceiras;
3. Mães que vivenciaram a perda dos filhos, pela violência da Polícia Militar, e participaram no projeto da Marina.

A escolha do espaço acadêmico buscou tensionar a relação centro/periferia, justamente porque a UERJ abriga muitos alunos e colaboradores oriundos de áreas periféricas da Baixada Fluminense, configurando-se como cenário simbólico para discutir “descolonização do olhar” (Ripper, 2024; Pimentel, 2024).

#### **3.2 Dinâmica da roda de conversa**

Optou-se por uma dinâmica em três momentos, com duração total aproximada de duas horas:

1. Apresentação e leitura compartilhada (30 minutos)

- 
- Distribuição prévia dos trechos selecionados de Amamentamos esse país (Pires et al., 2020) e De João Roberto à Marina (Ripper, 2024);
  - Leituras em voz alta de parágrafos centrais: (a) definição de “maternidade ultrajada” e dados estatísticos; (b) descrição do uso de documentos e do recurso da fotografia como gesto de cura.

## 2. Discussão aberta aos participantes

- Como o conceito de “maternidade ultrajada” aparece no cotidiano das periferias onde atuamos, e a apresentação do trabalho audiovisual “Amamentamos Esse País”, de Marina S. Alves;
- Abertura para ouvirmos as mães que participaram do trabalho, onde cada uma contou com sua experiência, dores e vivências;
- De que maneira a fotografia-documental pode operar como instrumento de cura e empoderamento, em contraste com o caráter “objetivo” ou “vigilante” dos 3×4 oficiais (Barthes, 1980; Ripper, 2024; Pimentel, 2024)?
- Quais lacunas e apagamentos nos documentos das vítimas (certidões, boletins, identidades) nos incomodam e quais modos de “pontos de fuga” (Mbembe, 2019) surgem do relato dessas mães?

## 3. Síntese, plenária e encaminhamentos (40 minutos)

- Cada grupo compartilhou, em plenário, as principais reflexões;
- Construção coletiva de propostas de ação: oficinas de fotografia colaborativa, oficinas de produção de conteúdo educativo sobre necropolítica e racismo, organização de exposições itinerantes;
- Definição de um cronograma de reuniões mensais para continuidade do grupo de leitura sobre Mbembe (2017, 2019) e Cardoso (2021).

### 3.3 Registro e análise qualitativa

---

Todas as falas dos participantes foram gravadas (com consentimento) e transcritas. Além disso, coletaram-se anotações de campo para registrar emoções, reações espontâneas e principais pontos de tensão. Na análise qualitativa, utilizou-se abordagem temática: identificaram-se categorias centrais (necropolítica, maternidade como resistência, empoderamento pela fotografia, descolonização do olhar) e subcategorias (impacto da pandemia, violência policial, degradação institucional, experiências de coletividade). A partir dessas categorias, elaborou-se o relato analítico que se segue, integrando exemplos concretos das falas dos participantes com os aportes teóricos previamente mencionados.

#### **4. Resultados e discussão**

##### **4.1 Maternidade ultrajada no cotidiano periférico**

A leitura de Pires et al. (2020) desencadeou uma série de relatos de mães que atuam como agentes comunitárias de cuidado. Muitas descreveram atendimentos precários em postos de saúde, subnotificações de violência doméstica e postura discriminatória de agentes do SUS (67% dos usuários sendo exclusivamente negros, segundo Observatório de Direitos Humanos, 2020). Em vários depoimentos, percebeu-se como o sentimento de “maternidade ultrajada” (Rocha, 2017) se manifesta quando a mãe, ao buscar amparo institucional, é confrontada com atrasos para consulta pediátrica, demoras no atendimento de urgência e falta de suporte psicossocial. Uma participante, que perdeu o filho após confronto com a polícia, relatou ter sentido “uma morte social antes da física”: ao tentar registrar boletim de ocorrência, foi tratada como suspeita de omissão de socorro. Esse exemplo cristaliza o argumento de Cardoso (2021), segundo o qual o racismo refratário ao substantivo “apaga” o sujeito, convertendo-o em figurante de sua própria violência.

##### **4.2 Efeitos da necropolítica e impactos da pandemia**

A existência de dados claros (Atlas da Violência, IPEA, 2020; Observatório de Direitos Humanos, 2020) fortaleceu a argumentação de que a necropolítica, conforme Mbembe (2017), não é abstrata, mas se manifesta na distribuição desigual de recursos e armas letais — inclusive em períodos de crise sanitária. Mães presentes apontaram que, em abril de 2020, a escalada de letalidade policial no Rio de Janeiro (aumento de 43 %) coincidiu com a ausência de máscaras, álcool em gel e leitos de UTI em seus bairros. Uma participante afirmou:

“Num mesmo mês, eu perdi dois conhecidos para a Covid e depois soube que a polícia matou o sobrinho de uma amiga ... e ninguém sequer questionou oficialmente.” (Mãe 3, transcrição de abril/2025)

Esse testemunho confirma a estatística de que, de março a junho de 2020, houve mais de 70 % de aumento de mortes por causas respiratórias entre pessoas negras (Observatório de Direitos Humanos, 2020), superando o crescimento médio de 34,5 % para toda a população. Esses números ilustram bem as “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (Mbembe, 2017, p. 152), fundando a discussão sobre necropolítica em experiências vividas.

#### **4.3 Fotografia documental como processo de cura e resistência**

A partir da leitura de Ripper (2024) e Pimentel (2024), os grupos reconheceram três movimentos centrais na prática de Marina Alves: (1) atenção ao que falta nos documentos, (2) abstenção da autoria individualizada e (3) denúncia das instituições que perpetuam a necropolítica. Um estudante de Fotografia Popular observou:

“Em vez de expor só o rosto do pai ou o corpo da criança, Marina expõe a certidão de nascimento, a carteira de trabalho vazia e o boletim de ocorrência que dá conta de que ela teve apenas 24 minutos para chegar ao hospital — e ainda assim morreu.” (Estudante 7, transcrição de abril/2025)

Esse comentário reforçou a ideia de que a materialidade dos papéis (selo, carimbo, lacre oficial) carrega o peso de um Estado que criminaliza e sentencia antes de qualquer investigação aprofundada. A citação a Roland Barthes (1980) — segundo o qual uma foto 3×4, em si, já possui “peso” e “condena” — foi amplamente retomada,

levando os participantes a insistir em práticas fotográficas colaborativas: capacitar mães e jovens a registrar seus próprios documentos e retratos, invertendo a lógica de vigilância para uma lógica de autoafirmação.

#### **4.4 Lacunas, apagamentos e pontos de fuga**

Ao examinar coletivamente as lacunas dos documentos — certidões carimbadas apenas com o carimbo de “falecido”, fichas de registro social com rasuras e identidades sem foto atualizada — ficou evidente que boa parte do arquivamento estatal atua para “desaparecer” o sujeito. No entanto, emergiram “pontos de fuga” (Mbembe, 2019) quando mães contaram sobre rituais de memória (velórios coletivos, rodas de canto, plantio de árvores) que não constam em nenhum papel oficial, mas preservam o vínculo afetivo e político. Uma mãe declarou:

“Depois que perdi meu filho, meu pai escreveu uma carta para cada neto dele, guardou em um envelope lacrado. A carta não está no cartório, mas serve para eu lembrar todos os dias de quem ele era.” (Mãe 5, transcrição de abril/2025)

Esse testemunho revelou como, mesmo diante do apagamento burocrático, sobrevivem estratégias de memória vedadas ao olhar estatal, mas preservadas no círculo de afeto familiar e comunitário.

#### **4.5 Encaminhamentos práticos**

Na plenária final, delinearam-se quatro encaminhamentos coletivos:

1. Oficinas de fotografia colaborativa: ministradas em parceria entre estudantes de Jornalismo, fotógrafos populares e mães, com foco em capacitar as famílias a produzir seus próprios registros visuais e documentais — invertendo o fluxo de autorizar o “olhar especializado”;



- 
2. Grupo de leitura permanente: encontros mensais para discutir capítulos selecionados de Mbembe (2017, 2019), Cardoso (2021) e Barthes (1980), correlacionando-os com as vivências locais de violência e cuidado comunitário;
  3. Exposição itinerante: curadoria participativa que leve as fotografias e os documentos recolhidos por Marina S. Alves às escolas públicas, centros culturais e praças da Baixada Fluminense, aproximando públicos que não frequentam espaços acadêmicos;
  4. Produção de conteúdo educativo: elaboração de vídeos curtos, cartilhas e *podcasts* que apresentem conceitos de necropolítica e racismo estrutural de forma acessível, distribuídos em redes sociais comunitárias e reuniões de coletivos de mulheres.

## 5. Conclusão

A roda de conversa estruturada a partir de Amamentamos esse país (Pires et al., 2020), De João Roberto à Marina (Ripper, 2024) e Descarregar o olhar (Pimentel, 2024) evidenciou como a combinação de dados empíricos, reflexões teóricas e práticas estético-afetivas possibilita compreender de forma integrada o fenômeno da maternidade ultrajada e o potencial transformador do fotoativismo.

Os relatos das mães e dos estudantes reforçaram que a necropolítica (Mbembe, 2017) não é construção abstrata, mas se manifesta no dia a dia em filas de atendimento público, em boletins de ocorrência mal registrados e em retratos de 3×4 que, sozinhos, já reproduzem estigmas. Ao mesmo tempo, o gesto de amamentar — enquanto ato de nutrir esperança e resistência — e o uso crítico da fotografia-documental surgiram como antídotos simbólicos e concretos contra a criminalização e o apagamento.

Os encaminhamentos práticos (oficinas, grupos de leitura, exposição itinerante e produção de materiais educativos) resultam de um esforço coletivo para descolonizar não apenas o olhar fotográfico, mas também as formas de transmissão de conhecimento.

---

Dessa maneira, o trabalho acadêmico não se mantém confinado ao espaço institucional: torna-se, ele próprio, gesto de cuidado comunitário e mobilização política. Em síntese, a experiência demonstrou que, ao entrelaçar teoria, estatística e afetividade, é possível fortalecer processos de cura e engajamento que ultrapassam as páginas de um texto, caminhando pelas ruas, favelas e reencontros de mães, filhos e comunidades.

## Referências

- BARTHES, R. **Câmera Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CARDOSO, E. L. **Intimações do Desumano**. Salvador: Quarteto, 2021.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da Violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- MBEMBE, A. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19. **Serviços Públicos e Direitos Humanos no contexto da pandemia no Brasil 2020**. Rio de Janeiro: Observatório, 2020.
- PIMENTEL, L. **Descarregar o olhar**. UERJ, 2024.
- PIRES, T. et al. **Amamentamos esse país: maternidade ultrajada e amor incondicional**. NIREMA/PUC-Rio, 2020.
- RIPPER, J. R. **De João Roberto à Marina: reflexões sobre o fotoativismo de Marina Alves**. UERJ, 2024.
- ROCHA, L. **Morte íntima: A gramática do genocídio antinegro na Baixada Fluminense**. Brasília: Brado Negro, 2017.